



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 3 de maio de 2024

|                                  |  |                                 |                       |   |                      |  |   |
|----------------------------------|--|---------------------------------|-----------------------|---|----------------------|--|---|
| <b>Bolsas</b><br>Na quinta-feira | <b>Pontuação B3</b><br>Ibovespa nos últimos dias | <b>Dólar</b><br>Na quinta-feira | <b>Salário mínimo</b> | <b>Euro</b><br>Comercial, venda na quinta-feira | <b>CDI</b><br>Ao ano | <b>CDB</b><br>Prefixado 30 dias (ao ano) | <b>Inflação</b><br>IPCA do IBGE (em %)  |
| 0,95%<br>São Paulo               | 126.526<br>26/4 29/4 30/4 2/5                    | R\$ 5,112<br>(- 1,53%)          | R\$ 1.412             | R\$ 5,485                                       | 10,65%               | 10,46%                                   | Outubro/2023 0,24<br>Novembro/2023 0,28<br>Dezembro/2023 0,56<br>Janeiro/2024 0,42<br>Fevereiro/2024 0,83 |

## » Entrevista | JOSÉ ROBERTO AFONSO | VICE-PRESIDENTE DO FIBE

O economista defende o maior controle dos gastos do governo e o aprimoramento das leis que regem a contabilidade pública. Para ele, a inteligência artificial poderá ser uma importante aliada na gestão das contas

# ‘Nem tudo está errado, mas há o que melhorar’

» VICENTE NUNES  
» CORRESPONDENTE

**Lisboa** - Um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que completa 24 anos neste mês, o economista José Roberto Afonso, professor do IDP e vice-presidente do Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe), diz que não há riscos de desajustes nas contas públicas e assinala ver exageros nas críticas dos agentes econômicos à política fiscal do governo Lula. Para ele, está faltando equilíbrio no debate. “Antes, diziam que, com a posse de Lula, o mundo cairia. Sabemos que não aconteceu isso e ainda foram aprovadas mudanças legislativas, a equipe econômica se mostrou serena e o mercado estava em lua de mel com eles”, afirma.

Ele reconhece, porém, que há muito o que avançar na gestão dos gastos públicos e, inclusive, na LRF que continua incompleta. Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Correio pelo economista.

### Há razão para a atual comoção em relação às contas públicas? Há riscos reais de desajustes?

Não. Na minha opinião pessoal, há um exagero dos agentes econômicos. Antes, diziam que, com a posse do presidente Lula, o mundo cairia. Sabemos que não aconteceu isso e ainda foram aprovadas mudanças legislativas, a equipe econômica se mostrou serena e o mercado estava em lua de mel com eles. O Brasil está precisando de muito equilíbrio na forma como debate a política fiscal. Nem oito, nem 80. Temos de sair dessa armadilha, nem tudo está errado, mas, por certo, há muito o que melhorar. Todos ajudariam mais apresentando propostas concretas e imediatas para melhorar a produtividade do gasto público, fazer mais e melhor com menos recursos, pois emenda constitucional pouco resolve. O mesmo vale para o lado da receita, pois se insiste na implantação de impostos analógicos quando

o mundo já virou digital.

### A Lei de Responsabilidade Fiscal completa 24 anos neste mês. Como um dos criadores dessa legislação, que avaliação faz?

Há muito o que comemorar. Melhoramos muito na administração pública, ainda que não seja uma panaceia. Agora, a lei segue incompleta em aspectos cruciais, como a adoção de um limite para a dívida federal, que representa mais de 90% do endividamento total do país, e a criação do conselho de gestão fiscal, que poderia atenuar confusões institucionais, como no caso das desonerações da folha de pagamento, ao juntar, no mesmo espaço, membros de diferentes níveis de governo e de Poderes. Precisamos de mais negociação e pactuação e menos emendas constitucionais e ações no Supremo Tribunal Federal. Também necessitamos urgentemente aprovar a revisão da Lei 4.320, de 1964. Ou seja, aprovamos Orçamentos e fazemos contabilidade pública como há 60 anos, e nenhum governo, nenhum parlamentar, nenhuma entidade profissional, ninguém do mercado financeiro acha isso estranho.

### De que forma a tecnologia pode ajudar na questão fiscal?

A tecnologia será decisiva nessa questão. De imediato, quando se fala desse tema, o que de mais imediato vem à cabeça é a cobrança de impostos, que, no caso brasileiro, avançou muito. Na fiscalização, a tecnologia está sendo usada com sucesso. Hoje, você desembarca no aeroporto e a Receita Federal sabe tudo sobre você, por meio do peso das malas, do número de vezes que viaja. Esses mecanismos de controle precisam chegar à área fiscal, na gestão da dívida pública. Daqui a pouco, o Tesouro Nacional não precisará mais de meia dúzia de bancos intermediários, os *dealers*, para realizar operações. Futuramente, estará emitindo títulos em criptomoe-das, tudo eletronicamente. Na

Libia Florentino/Divulgação



### O Brasil está precisando de muito equilíbrio na forma como debate a política fiscal. Nem oito, nem 80. Temos de sair dessa armadilha”

despesa pública, tem um mundo de oportunidades para fazer mais e melhor, com menos recursos. O governo tem um potencial enorme quando se fala em redução de gastos. Mas é preciso ter vontade política para adotar a tecnologia. É inacreditável que o banco de dados do Bolsa Família não esteja integrado com o banco de dados de servidores públicos e o banco de dados da Receita Federal. Pode-se ter uma rede integrada de atestados, seja de certidão de nascimento, seja atestado de óbito. Registrou-se um óbito, o INSS tem de ser avisado um segundo depois, pois não pode alguém morrer e outra

pessoa ficar recebendo o benefício durante meses ou anos. São muitas coisas microeconômicas, como o combate a fraudes, mas que, juntas, proporcionam um resultado macroeconômico muito importante.

### A inteligência artificial é uma ameaça à democracia ou pode ser uma aliada?

Acho que ambas. Sem regulação, é uma ameaça, não tenho dúvida. Há anos ou décadas, o político saía com um carro de som ou mesmo com um alto-falante em cima de um jégu pela cidade pedindo votos. Nesse processo, podia até ter

desinformação, mentiras contra os adversários. Mas, com o uso da inteligência artificial, é difícil saber o que é verdade ou irreal. Todos nós sabemos que, hoje, a internet é capaz de colocar alguém falando com a sua voz, com a sua imagem, algo que você não falou ou algo que você não pensou. Por isso, a regulação das redes sociais, da inteligência artificial, é vital. Vemos que, nessa discussão, a Justiça Eleitoral está muito mais avançada do que o Congresso e até do que outros países. Agora, tudo passa por esclarecer a sociedade sobre a importância da regulação e como ela ganha com isso.

### Esse é o tema de um seminário do Fibe, em Madri. Qual o objetivo?

O nosso objetivo com esse seminário é abrir um novo ciclo de debates no âmbito do Fórum de Integração Brasil Europa. Queremos discutir as transformações que estão se dando na economia, na sociedade e não apenas na tecnologia, e como é preciso ajustar, principalmente, as instituições, as leis e as regras que, por natureza, vão atrás das mudanças e precisam ser adequadas a esse novo mundo. Estamos focados na revolução digital e na democracia. A motivação é simples e inevitável. Neste ano, mais da metade da população mundial vai às urnas em mais de 70 países. E pode ser que a disputa desambe para atos que nem sempre, digamos assim, são eticamente ou moralmente adequados. Essas inadequações ou erros passaram a uma escala muito maior, globalizada, sofisticada, por conta da inteligência artificial.

### Ou seja, as discussões vão se voltar para esse mundo novo da inteligência artificial?

Exatamente. Precisamos entender como lidar com a inteligência artificial nas eleições, na democracia, nas instituições de Estado. Precisamos ter leis e regulamentos para lidar com essas novas tecnologias. A União Europeia aprovou um novo ato. O Brasil está discutindo mais de um projeto sobre o tema, sendo que um específico está no Senado. O debate deve envolver o funcionamento do governo, da Justiça, do Legislativo, que são instituições básicas da democracia e passaram, nos últimos tempos, a se reunir cada vez mais em caráter remoto. O Congresso brasileiro está votando até emenda constitucional por formato remoto, o Judiciário, idem em relação aos processos, até a Suprema Corte. No âmbito do Executivo, isso ocorreu com a prestação de serviços.

## BOLSA

### Mercado brasileiro reage bem a Fed e Moody's

» RAPHAEL PATI

A Bolsa brasileira ensaia uma reação, neste início de mês, após um abril de intensa oscilação, no qual registrou queda de 1,7%. Ontem, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa — B3) voltou ao patamar de 127 mil pontos e fechou o pregão em alta de 0,95%, recuperando as perdas da semana.

Além disso, o dólar comercial teve um dia de queda forte após ter atingido R\$ 5,19 há apenas dois dias. O valor da moeda norte-americana ante o real apresentou desvalorização de 1,53% e encerrou o pregão a R\$ 5,11.

Analistas explicam o movimento como repercussão à fala do presidente do Federal Reserve (Fed — Banco Central dos EUA), Jerome Powell, na quarta-feira, sinalizando que, mesmo com um tempo maior de juros altos no país, não deve haver um novo aumento da taxa nos próximos meses. Ao comentar a decisão do Fed de manter os juros em uma taxa que varia entre 5,25% e 5,50%, Powell indicou ser pouco provável uma nova alta dos juros. “Para elevar os juros, o Fed precisará de fortes evidências de que a política não está restritiva o suficiente”, disse em entrevista coletiva.

NICHOLAS KAMM



### Powell, do BC americano, indicou que não haverá alta de juros

No mesmo dia, a Moody's reavaliou a perspectiva de crédito do Brasil de “estável” para “positiva”, com a percepção de melhora

das projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que, segundo a agência, são mais robustas do que no período

pré-pandemia. A revisão da Moody's aproxima o Brasil do “grau de investimento”, indicando que o país é seguro para investir.

Para o analista econômico da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima, a mudança deve trazer maior credibilidade para os investimentos no Brasil. “Vale lembrar que essas agências de classificação de risco têm um grande poder de ‘formação de opinião’ para investidor gringo, que é quem conduz basicamente os investimentos aqui no Brasil. Esse movimento acaba atraindo recursos diretos para cá. Um termômetro real disso foi a queda intensa do dólar no dia de hoje (ontem)”, comenta.

Na avaliação do professor de Economia da USP Ribeirão Preto Luciano Nakabashi, o mercado sofre um período de maior volatilidade. Com a sinalização

de que o corte de juros nos EUA talvez não ocorra neste ano, elevam-se as incertezas em relação à política monetária no Brasil. Em ritmo de queda desde agosto do ano passado, a taxa Selic, que atualmente está em 10,75%, corre um risco maior de voltar a ficar estável por mais tempo.

“Existe a expectativa de que o BC tenha que, primeiro, terminar o ciclo de redução de juros com os juros bem mais altos, em torno de 9,5% a 10%, e que lá na frente, talvez, o Banco Central tenha que aumentar de novo os juros, antes de continuar esse processo de redução”, avalia Nakabashi. O Comitê de Política Monetária (COPOM) vai se reunir na próxima terça-feira para definir a taxa Selic. A maioria dos analistas prevê uma queda de apenas 0,25 ponto percentual.